

Jovens, manifestação de rua e protestos em redes: juventudes e educação nas jornadas de 2013

Yong people, street demonstrations and network protest: youth and educations in the 2013 days

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães
Faculdade de Piracanjuba (FAP)

Piracanjuba-GO

Luís Antonio Groppo

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

Alfenas-MG

Rosane Maria de Castilho

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Aparecida de Goiânia-GO

Resumo

O artigo analisa a trajetória e a historicidade da atuação de coletivos com grande presença de jovens, da formação política da juventude e das pautas educacionais. O artigo tem como objetivo identificar e descrever as principais contribuições das Jornadas de 2013 na reformulação e na reelaboração das formas de manifestação coletiva juvenis no Brasil. O percurso teórico-metodológico adotado compreende que a juventude é uma construção histórico-social e parte do pressuposto que jovens são sujeitos sociais em condição de enfrentamento e resistência frente às estruturas de poder/dominação estabelecidas na sociedade. Conclui-se que as Jornadas de 2013, dez anos depois, ainda se constituem em um profícuo campo de análise social, educacional e político no cenário brasileiro, com impacto nas várias esferas da vida coletiva, apresentado como resultados, hipóteses e pistas importantes sobre a atuação da juventude, influências na formação política de jovens e trajetórias escolares.

Palavras-chave: Juventude; Movimentos sociais; Redes sociais; Representações sociais.

Abstract

The article analyzes the trajectory and historicity of the performance of collectives with a large presence of young people, the political formation of youth and educational guidelines. The article aims to identify and describe the main contributions of the 2013 Journeys in the reformulation and re-elaboration of the forms of collective youth manifestation in Brazil. The theoretical-methodological approach adopted understands that youth is a historical-social construction and assumes that young people are social subjects in a condition of confrontation and resistance against the structures of power/domination established in society. It is concluded that the 2013 Conferences, ten years later, still constitute a fruitful field of social, educational and political analysis in the Brazilian scenario, with an impact on the various spheres of collective life, presented as results, hypotheses and important clues about the youth performance, influences on youth political education and school trajectories.

Keywords: Youth; Social movements; Social networks; Social representations.

Introdução

O presente artigo se ampara na premissa de que as duas primeiras décadas do século XXI no Brasil têm sido marcadas por uma forte midiaticização das lutas sociais, a qual tem apresentado conexões com as novas formas de mobilização coletivas, em especial dos estratos juvenis, como se percebe nas Jornadas de 2013, conforme destacam Grohmann e Souza (2014), Bezerra (2016) e Lima (2018).

Essas nuances político-sociais e midiáticas já haviam sido sinalizadas por Manuel Castells (1999, p. 423), quando apresenta o que chamou de “a cultura da virtualidade real”, que se caracteriza segundo o autor pela integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência em massa e o surgimento de redes interativas. Entretanto, nesse mesmo aspecto, as Jornadas de 2013 continuam controversas, assim como suas interpretações e a avaliação de seu legado.

As Jornadas de 2013 formaram o que se chamou de “maior protesto de massa da história brasileira”, tendo reunido, a depender das avaliações, “entre 10 e 15 milhões de manifestantes em mais de 500 cidades” (ARANTES, 2014, p. 378). As potencialidades e limitações das práticas formativas mobilizadas e criadas, tanto na fase de latência quanto de mobilização das Jornadas de 2013, podem ajudar a compreender a crescente cisão e acirramento político que vai operar nos anos seguintes, tendo havido, por um lado, certa continuidade de protestos de cunho progressista – protestos contra a Copa, ocupações secundaristas em 2015 e 2016 e até mesmo o “Ele não!” em 2018 – e, por outro, o crescimento de organizações, engajamentos e protestos conservadores e de extrema-direita – cujo apoio ativo ajudou a eleger o candidato presidencial vitorioso em 2018.

Nesse sentido, buscou-se compreender aspectos associados a mudanças na forma de protesto e a consolidação das redes sociais como forma de manifestação coletiva entre jovens, buscando ainda responder identificar as principais contribuições das Jornadas de 2013 para a reformulação e a reelaboração das formas de manifestação coletiva juvenis no Brasil. Para tanto, o artigo se subdivide em partes, a saber: primeiramente, é feita uma apresentação da metodologia de análise, destacando o olhar histórico-social como princípio norteador. Em seguida são feitos apontamentos a partir do levantamento bibliográfico existente acerca das Jornadas de 2013. Posteriormente, se fazem considerações acerca das principais pautas do movimento na época, considerando a educação como discurso balizador na análise, como se propõe o artigo.

Métodos e materiais

A metodologia de análise adotada se ampara na perspectiva histórico-dialética e relacional. Dessa maneira, a perspectiva de análise considera o movimento social inserido na história como um fator determinante nas mudanças percebidas nas práticas cotidianas e nos processos formativos das juventudes que se integraram às Jornadas de 2013. Assim sendo, compreende-se que tais condições da realidade social são permeadas pela dialética das oposições, conflitos e contradições, que são inerentes às próprias relações sociais. Nesse viés, a ênfase é dada aos movimentos estudantis, considerando não somente os aspectos econômicos e materiais que ressignificam as lutas coletivas, mas, essencialmente, as dimensões simbólica, social, midiática e cultural como instâncias formativas e socializadoras.

Os princípios teórico-metodológicos estabelecidos para a investigação se associam à concepção dialética e relacional acerca da categoria juventudes, que apontam caminhos de análise para a interpretação das Jornadas de 2013 como revoltas ambíguas (PINHEIRO-MACHADO, 2019), assim como trazem para a discussão a concepção de subjetivação política de Jacques Rancière (1996, 2010) e suas possibilidades de aplicação no contexto brasileiro. De semelhante maneira, é possível fazer abeiramentos teóricos com as atuais formulações das políticas públicas educacionais, conforme observam Marina Avelar (2019).

A pesquisa recorre, inevitavelmente, aos estudos da Escola de Frankfurt como perspectiva inicial para se compreender a produção, mercantilização e mediação da representação estética e imagética. Todavia, a proposta é avançar metodologicamente, e quiçá se distanciar dessa abordagem, visando distinguir a cultura de massa e a cultura popular, demonstrando que as classes populares não são massa de manobra passivas das classes dominantes, ainda que sejam exploradas e utilizadas pelas elites. O termo “classes populares” está sendo utilizado como categoria aglutinadora das características da condição e prática cultural da classe trabalhadora, sendo que essa se distancia dos pressupostos sustentados pela cultura dominante e com ela disputa espaço. É válido lembrar da observação de Cevalco (2003) de que a cultura popular não é uma categoria fixa, mas, sim, uma categoria relacional.

A partir dessas observações preliminares, considera-se que a pesquisa se alinha aos Estudos Culturais desenvolvidos na Escola de Birmingham, que tem como principais representantes Richard Hoggart (1918-2014), Raymond Williams (1921-1988) e Stuart Hall

(1932-2014). A perspectiva dos Estudos Culturais “se interessa pela cultura dos de baixo, buscando formas de resistência à cultura capitalista nos significados, valores e conhecimentos produzidos pelos que o sistema deixa de fora [...]” (CEVASCO, 2003, p. 36). Logo, do ponto de vista dos pioneiros da Escola de Birmingham, a cultura é um fenômeno que perpassa todas as esferas da sociedade e se fixa como a base dos processos de produção e reprodução social.

De acordo com Richard Hoggart (1973), as noções de classe não mais se baseiam exclusivamente nos fatores econômicos, mas, essencialmente, nas práticas culturais. Para esse autor, os meios populares não são ambientes de submissão passiva nem massa de manobra para intentos da classe dominante, mas, sim, construtos de resistência e formação cultural peculiar. A cultura popular, segundo o autor, desvela-se na literatura, na música, na arte, nos costumes e em outros elementos que compõem o cotidiano das pessoas. No século XXI, essas representações sociais e culturais são mediadas e midiaticizadas pelas redes sociais.

Na perspectiva de Raymond Williams (2011), o ser humano não deve ser analisado apenas a partir de uma noção histórica abstrata, pelo contrário, deve ser compreendido em consonância com a sociedade e o tempo em que se vive. Logo, parte-se do pressuposto de que a cultura moderna é essencialmente midiática e se ressignifica em redes. Compreende-se, portanto, que esse o mundo midiático do século XXI se ressignifica a partir das plataformas digitais, denominadas de redes sociais, como *YouTube*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp* e *Facebook*, entre outras, que ocupam papel fundamental na produção e na representação social dos coletivos e funcionam como catalisadoras/formadoras sociais, especialmente entre os estratos juvenis.

A partir desse percurso teórico-metodológico é possível vislumbrar melhor as contradições entre uma possível “história-vista-de-baixo” (BURKE, 1992) e os usos midiaticizados dessa mesma história e dos mesmos sujeitos, apontando os instrumentos/formas de mobilização da participação político-social dos coletivos juvenis nas Jornadas de 2013. Compreende-se que essas novas formas de participação político-social são mediadas e disputadas pelos grupos dominantes, pelas mídias e pelas classes populares, e sendo assim, se imbricam aos processos de luta pela legitimidade dos discursos, assim como ressignificam a busca por uma representação social das juventudes nas redes sociais.

Análise do levantamento bibliográfico

A revisão bibliográfica ou revisão da literatura é um estudo, necessário a qualquer pesquisa, que trata do que foi produzido academicamente de mais relevante no tema em questão (LUNA, 1996, LIMA; MIOTO, 2007). Para tanto, em maio de 2021, foi feito um Levantamento no Scielo, Portal de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico, fazendo uso dos termos “Jornadas 2013” e “Junho 2013” para pesquisa.

Na biblioteca científica eletrônica Scielo foram encontrados 66 produtos (63 artigos e 3 resenhas), sendo que apenas 1 se incluía diretamente no campo da Educação. Pesquisando o Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, encontramos 8 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação. Apesar disso, em 6 desses produtos, a educação ou termo correlato não aparece no título, nem no resumo. Nos outros 4 aparece como: autoformação em espaços virtuais, manifestações como espaço de aprendizado, experiência educativa em acampamento de protesto e atuação de estudantes da Educação Superior. Os demais produtos fazem aproximações com o campo da educação por meio da análise de experiências de ativistas e militantes, midiativismo e narrativas midiáticas sobre a juventude. Em pesquisa no Google Acadêmico, encontramos apenas mais 3 produtos que tratam diretamente do tema da educação nas Jornadas.

Entretanto, considerando o objetivo geral da pesquisa, com sua concepção ampliada de educação, destacando o seu interesse nos processos de formação política, e o foco em sujeitos ativistas e militantes jovens, foi possível selecionar um número maior de produtos para a análise, distribuídos entre os temas descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Blocos temáticos

Tema	n.	%
Bloco 1: Educação, juventude e estudantes, identidade e subjetivação	26	18,3
Bloco 2: Coletivos e experiências ativistas/militantes	28	19,7
Bloco 3: Redes sociais e mídias	29	20,4
Bloco 4: Análises gerais relevantes	25	17,6
Bloco 5: Outros	34	23,9
Totais	142	100

Fonte: Levantamento no Scielo, Portal de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico, em maio de 2021.

A tabela 1 destaca a divisão metodológica em categorias por aproximação temática, o que ajuda no processo de clarificação dos sujeitos e objetos de pesquisa. As referidas subdivisões, conforme exposto na referida tabela, contribui também para dar

ênfases teórico-metodológicas e aponta para possíveis contextos de referenciais teóricos. Nesse sentido, algo que ficou perceptível foi que na leitura dos produtos que pertencem ao campo da educação, encontramos algumas poucas discussões sobre as pautas educacionais nas Jornadas e sobre as relações dos protestos e de manifestantes com as escolas e universidades.

O artigo de Spósito, Almeida e Corrochano (2020) referenda a avaliação inicial da pesquisa sobre as pautas educacionais - secundárias de início, atuantes de forma vaga e genérica depois -, mas a completa indicando a relação estabelecida entre uma pauta mais forte no Rio de Janeiro e nas fases subsequentes das Jornadas – a corrupção:

O reconhecimento da presença dos jovens nas manifestações observadas em junho de 2013 pontuou, de maneira mais ou menos evidente, as análises que a partir daí foram empreendidas, incentivando a produção por novas interpretações. Embora os jovens fossem protagonistas relevantes, não se verificava, nesses eventos, uma agenda configurada como juvenil, uma vez que grande parte das questões presentes no campo público-político incidia sobre problemas dos moradores das grandes cidades e emitia críticas a iniciativas dos governos federal e municipais voltadas para os grandes eventos em detrimento dos investimentos em políticas públicas essenciais, tais como educação e saúde. Somava-se a esse quadro a crítica à corrupção e aos agentes políticos, revelando descrença e distanciamento das instituições que organizam o sistema político no país (SPOSITO, ALMEIDA, CORROCHANO, 2020, p. 3).

Em ao menos um caso, o movimento sindical docente adotou as táticas contundentes das Jornadas: durante a greve de docentes da rede municipal carioca, no 2º semestre de 2013. A greve começou usando táticas tradicionais, mas, diante da recusa de negociações pelo governo ou de mediação do legislativo, a greve radicalizou e promoveu a ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (ARANTES, 2014).

Há alguns dados sobre o perfil ou perfis escolares de ativistas dos coletivos, que indicam, por exemplo, a proeminência de estudantes com trajetória em escolas privadas entre ativistas do Tarifa Zero de Belo Horizonte, assim como alta escolaridade e proeminência técnica que foram decisivas nas negociações com o poder público (OLIVEIRA, 2017). Entretanto, se as Jornadas parecem ter se iniciado entre ativistas pertencentes a setores progressistas da juventude de classe média, a adesão de jovens das camadas populares, pertencentes ao “preariado” (BRAGA, 2017) foi decisiva para a radicalização e ampliação das Jornadas.

Os produtos acadêmicos encontrados suscitam a discussão sobre a participação

e a formação política dos jovens, reiterando serem as juventudes e a educação palcos desses atores sociais, como afirma Rosa (2015) acerca da diversidade de espaços de formação dentro do Bloco de Lutas, tais como “manifestações ou protestos, assembleias, ocupação da câmara e as aulas públicas”. Diz ainda que nesses espaços “a aprendizagem é conduzida pela vivência em grupo, a partir das experiências vivenciadas” (ROSA, 2015, p. 79).

Os estudos também tratam dos aprendizados durante a latência, a organização e a luta, tais como diálogo e a convivência com o diferente (CHAVES, 2015), sobre os problemas urbanos e o agir coletivo (OLIVEIRA, 2017) e a continuidade no ativismo (ROSA, 2015). Relatos de jovens consideram a participação nos protestos como uma experiência transformadora, com impactos pessoais importantes.

As primeiras respostas me impressionaram por sua semelhança em relação a um aspecto central da aprendizagem: todas elas apontavam para o encontro com o outro, a convivência, a tolerância e a aprendizagem que se dá na relação com o diferente. E também outro aspecto começou a se repetir nas primeiras respostas: muitos sujeitos descreviam a experiência Ocupa como um “divisor de águas” (CHAVES, 2015, p. 184).

[...] procuramos apontar as jornadas de 2013 como um agente formador, ou melhor como um agente autoformador, na medida em que possibilitou a experimentação autônoma e radical dos sujeitos que se deixaram afetar, e nós, mestrando e orientadora aí incluídos. A perspectiva da autoformação se torna um assunto muito interessante, uma vez que traz consigo uma forte dinâmica colaborativa, livre, aberta e comunicativa que reflete o trabalho e a sociedade contemporânea (ESTÁCIO JR., 2015, p. 59).

A pesquisa bibliográfica – nas bibliotecas eletrônicas Scielo, Google Acadêmico e ainda no catálogo de dissertações e teses da CAPES – é interessante também ao elencar produtos que tratam de temas que, ainda que definidos fora do campo da educação, propiciam importantes aproximações com a educação.

Um primeiro bloco de temas com aproximações importantes ao campo da educação incide sobre os sujeitos e as organizações que protagonizaram as Jornadas de 2013. Primeiro, produtos sobre juventude e estudantes: Gohn (2018), Euzébios Filho; Guzzo (2018), Maia (2014), Oliveira (2020), Pereira (2016), Spósito; Almeida; Corrochano (2020). Segundo, sobre coletivos e experiências ativistas: Andrade (2017), Dowbor; Szwako (2013), Gonçalves (2019), Lopes (2019), Monteiro (2018), Perez (2019), Pleyers; Bringel (2015), Sarmiento (2017), Taquetti (2021). Terceiro, produtos sobre identidades e subjetivações: Andrade (2016), Araújo (2015), Mendonça (2017), Venera (2017).

Estes textos contribuem para uma compreensão das organizações e campanhas como espaços e ações formativos, mesmo quando incidentais. Também, para conhecer processos de socialização política, construções de identidades coletivas e até mesmo rupturas em trajetórias políticas de jovens e/ou estudantes, importantes atrizes e atores nas Jornadas de 2013.

Um segundo bloco é formado por produtos que trataram de meios de informação e comunicação nas Jornadas de 2013. Entre eles, destacamos um meio que teve papel singular, em especial no momento da proliferação dos protestos e a explosão de pautas: o cartaz: Martins; Silva (2018), Soares (2019), Werneck (2019). A seguir, as redes sociais: Araújo (2016), Fidelis; Lopes (2015), Machado; Miskolci (2019), Recuero; Zago; Bastos (2015). E por fim, as mídias mais tradicionais, sejam as comerciais, sejam as alternativas: Jesus (2015), Bezerra (2015), Melo; Vaz, (2018), Padovani (2016), Queiroz (2017).

Os estudos deste segundo bloco podem contribuir com a compreensão das dimensões formativas das mídias e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), tantas vezes consideradas como fundamentais para o processo de mobilização das Jornadas de 2013, outras vezes também analisadas como tendo funcionado em simbiose com a atuação presencial nas ruas.

A pesquisa bibliográfica feita para a elaboração deste artigo consultou algumas obras de caráter mais geral sobre 2013, como: Arantes (2014), Braga (2017), Maricato *et al.* (2013), Sanfelice (2014). Também foram relevantes alguns produtos que trafegaram para além do Sudeste, como: Almeida *et al.* (2018) - sobre o Rio Grande do Norte; Vieira (2016) - sobre o Maranhão; e, Tavares; Roriz; Oliveira, (2016) – sobre Goiás.

Pautas, discursos e a educação nas Jornadas de 2013

As Jornadas de 2013 não tiveram a educação como uma das suas pautas principais, em especial, na sua primeira fase, que se concentrou na luta contra o aumento das tarifas do transporte público, denúncias dos impactos das grandes obras para os megaeventos esportivos e indignação diante de desmandos em dados governos estaduais. Destaca-se a abordagem do Movimento Passe Livre (MPL), em uma nova visão sobre os direitos sociais, tomados desde o “direito à cidade”: para acessar bens públicos democratizados, populações periféricas ou de baixa renda de quaisquer procedências dependiam de transporte público acessível e de qualidade – e o aumento da tarifa do transporte público

dificultava o acesso, sem contar a qualidade sofrível do transporte e o longo tempo desperdiçado nele (GROPPO, 2016).

Há textos que demonstram haver diversos MPL e Tarifa Zero perfazendo parte de um conjunto mais amplo e crescente de movimentos sociais no Brasil, em especial nas últimas décadas, principalmente em torno da pauta da questão urbana e do “direito à cidade”. Pode-se destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Central dos Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, entre outros semelhantes (MARICATO *et al.*, 2013; LEHER, 2013).

Ao que tudo indica, há uma latência perceptível em torno do tema do transporte público. Isso se evidencia no MPL-SP, que surgiu em 1999 e inspirou as lutas pelo passe-livre estudantil em Florianópolis. O MPL receberá outra grande inspiração da histórica Revolta do Buzu, em Salvador em 2003, momento esse que reverberou em novas campanhas contra o aumento das tarifas e pelo passe livre estudantil no Brasil. O MPL se articula como rede nacional de coletivos desde 2004 e se redefine em sua pauta principal, que evolui do passe-livre estudantil à tarifa zero para os transportes públicos. A campanha do MPL-SP em 2011 já antecipara a tática ainda mais bem-sucedida em 2013, manifestações de rua em regiões centrais e periféricas. (TAQUETTI, 2021; LACERDA, 2014; VINICIUS, 2014).

Há também na origem do Tarifa Zero de Belo Horizonte um hibridismo entre autonomismo e socialismo que também caracteriza a origem do MPL. O Tarifa Zero nasceu do Grupo de Trabalho de Mobilidade Urbana criado pela Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, contando entre seus membros com ativistas anarquistas, socialistas, autonomistas e independentes (OLIVEIRA, 2017). Os jovens ativistas desse Tarifa Zero demonstraram grande capacidade de fazer uso de instrumentos técnicos e científicos para debater o tema do transporte público e da mobilidade urbana, algo também verificado entre ativistas do MPL (OLIVEIRA; LEÃO, 2021).

Há, entretanto, ao menos uma rede de coletivos de caráter progressista, que foi muito importante para iminência das Jornadas de 2013, que é relativamente negligenciada nas análises, a saber: os Comitês Populares da Copa (CPC). Enquanto o MPL se caracterizaria pelas táticas do confronto e a radicalização da ação direta em protestos e travamentos de avenidas, os CPC se caracterizam por uma forma mais tradicional de atuação pelas vias dos diálogos, negociações e manifestações pacíficas (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Considerando o contexto histórico que dá origem às Jornadas, parte dos produtos que analisamos trataram das heranças do movimento antiglobalização nas Jornadas (VINICIUS, 2014), bem como das Jornadas no Brasil como parte de um ciclo global de protestos, revelando a insatisfação de populações contra os efeitos nefastos do capitalismo global, em especial com o início da sua crise mundial em 2007-2008 (PINHEIRO-MACHADO, 2019), afora a insatisfação com os limites da política institucional (MARICATO *et al.*, 2013), especialmente pelas juventudes, que começam a aspirar por uma renovação das formas políticas (TAQUETTI, 2021; BRINGEL; PLEYERS, 2015).

As redes sociais são tratadas por Lacerda (2014) como um canal de comunicação crucial para a organização dos manifestantes. As análises, porém, tendem a tratar dos riscos e limites desse novo dispositivo de mobilização coletiva. Primeiro, o fato de levarem para as ruas, na fase massiva das Jornadas, com a indignação social gerada pela repressão policial à manifestação do MPL-SP em 13 de junho de 2013, um enorme contingente de pessoas que não tinha necessariamente clareza dos motivos e pautas de seu protesto. Segundo, por potencializarem o efeito da excessiva individualização do engajamento e da manifestação, já presente na forma autonomista de organização e mobilização.

Neste sentido, as pesquisas desenvolvidas até então demonstram a dificuldade de caracterizar e compreender as formas de organização responsáveis pela fase massiva das Jornadas. Todavia, há um consenso quanto à importância da indignação da opinião pública diante da violência policial na repressão à manifestação do MPL-SP em 13 de junho. Assim, a segunda fase das Jornadas, massiva e diversa, é relacionada menos com as organizações autonomistas, que foram cruciais para o seu despertar, e mais com as redes sociais da Internet e as mídias comerciais.

As pautas das manifestações de junho de 2013 foram diversas e com inúmeras intenções. Todavia, para a análise desse artigo como se propõe, concentraremos e afunilaremos na educação e no papel formativo dessas pautas nas formas de reordenamento das manifestações. Isso posto, considera-se que as Jornadas de 2013 reviraram completamente o receituário clássico das demandas dos movimentos sociais no Brasil, trazendo no horizonte a rua e a internet como duas vias possíveis para a representação social e os processos formativos das juventudes no século XXI.

De fato, há de se considerar que a Educação não aparecerá como pauta principal do MPL e outros coletivos autonomistas Brasil afora, como o TarifaZero de Belo Horizonte:

neles, a educação aparece mais como parte do argumento, como o acesso às escolas e a equipamentos culturais nos centros, ou o investimento otimizado dos recursos públicos, direcionando menos verbas a empresas privadas de transporte público que ofereciam serviços de má qualidade, aumentando em contrapartida o orçamento para saúde, educação, cultura e assistência (OLIVEIRA, 2017).

A educação também não vai figurar nas faixas que puxam as manifestações: na verdade, essas faixas vão desaparecer, assim como a pauta única, substituídas por milhares, dezenas de milhares às vezes, de cartazes levantados pelas pessoas comuns, improvisados com cartolina ou até mesmo folha de sulfite. Para Soares (2019), o cartaz, para além da babélica profusão das pautas, criava um tipo de manifestação ao mesmo tempo individual e coletiva: o cartaz não comunica exatamente um “nós” unificado, como fazia a faixa, mas, antes, se comunica com o vizinho de protesto.

Os cartazes, levantados por sujeitos anônimos, indicam a participação direta, nas ruas, de multidões, em um número e em difusão provavelmente nunca antes vistos no país. Por si só, temos aqui um fenômeno de interesse para o campo educacional: a formação política, independente de ter sido falha, incompleta ou desviada de roteiros progressistas esboçados pelo MPL – tendo seguido posteriormente, por exemplo, a trilha de sua cópia inversa, o Movimento Brasil Livre (MBL).

A compreensão das dimensões educacionais das Jornadas de 2013 pode ajudar a interpretar os protestos subsequentes que tiveram as pautas centradas na educação, como por exemplo, as Ocupações estudantis de 2015 e 2016, assim como os atos contra os cortes na educação superior, em maio de 2019. Em sentido mais amplo, tal compreensão ajuda a entender diversos desdobramentos ocorridos na própria educação, na vida política e na vida social, considerando os impactos e influências das Jornadas de 2013 na sociedade, sistema político e sistemas educacionais do Brasil.

De fato, a relação entre as Jornadas de 2013 e a história progressista do Brasil ainda tem sido alvo de polêmicas, dúvidas e surpresas, isso porque ainda se faz necessário encontrar mais chaves de leitura para se compreender a deriva conservadora na política e na educação, que foram tão marcantes em especial a partir de 2016. Nesse sentido, pondera-se que um dos caminhos possíveis de análise é compreender a relação entre as Jornadas de 2013 e a educação escolar, assim como seus imbricamentos com a formação política daqueles que foram manifestantes em 2013.

Conclusão

Na busca por identificar as principais contribuições das Jornadas de 2013 na reformulação e na reelaboração das formas de manifestação coletiva juvenis no Brasil, conclui-se que as Jornadas de 2013 se deram nas ruas e não tiveram a educação como uma das pautas principais – em especial, nas fases iniciais, concentradas na luta contra o aumento das tarifas do transporte público, denúncia dos impactos das grandes obras para os megaeventos esportivos e de desmandos em dados governos (especialmente, no estado do Rio de Janeiro). Na fase de expansão dos sujeitos participantes e das pautas, aí sim, a educação aparece, mas de forma vaga ou genérica, normalmente em cartazes improvisados de cartolina ao lado de tantos outros que traziam palavras-chave como saúde, trabalho, segurança, entre outros.

Observou-se, ainda, que as Jornadas de 2013 se mostraram capazes de abraçar expressões as mais diversas, reunidas de forma contraditória nas ruas, do ponto de vista da tradicional divisão “esquerda versus direita” – de modo que 2013 é apontado tanto como origem de protestos progressistas subsequentes (como os protestos contra os megaeventos esportivos e as ocupações secundaristas), quanto como dos movimentos de direita e anticorrupção que demandariam o *impeachment* de Dilma Rousseff. Os sujeitos do movimento são os mais diversos também, ainda que, primeiro, destaquem-se ativistas de coletivos autonomistas, como o Movimento Passe Livre em diversos estados, e semelhantes, como o Tarifa Zero em Belo Horizonte, com a participação de muitas pessoas identificadas como jovens.

Ao fim e ao cabo, há diversas pistas e elementos que podem nos ajudar a construir a historicidade deixada pelas Jornadas de 2013 e um dos pontos principais que corroboram com essa construção histórica são as ocupações secundaristas em 2015 e 2016, em que se destaca a expansão precarizada da Educação Superior e mesmo do Ensino Médio, propiciando trajetos escolares repletos de ambiguidades, entre realizações e frustrações, especialmente entre adolescentes e jovens das camadas populares; uma educação escolar que, estrutural e sistemicamente, é despolitizada, ao mesmo tempo em que abre (ou, pelo menos, abria) brechas para práticas pontuais de politização, seja pela ação de docentes e projetos da escola ou por meio de coletivos estudantis; a inclusão social propiciada pelo acesso ao consumo, esboçando uma cidadania consumidora, com uma série de limites e contradições, mas que, tal como os “rolezinhos” já no final de 2013 demonstraram, tinha uma dimensão política incidental,

já que o acesso a bens de consumo era também observado como um recurso visando a integração aos parâmetros sociais vigentes e, por fim, o consenso de que parte importante da juventude de classe popular é, a despeito das políticas públicas adotadas, empurrado à condição de precarização, buscando assim distintas formas de protesto.

Ainda sobre as influências de 2013 sobre o ensino médio, temos, primeiro, uma atuação de coletivos autonomistas entre estudantes secundaristas, destacando-se o MPL em São Paulo. O MPL continua buscando mobilizar esses adolescentes para atuar em seus novos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público e em torno da proposta da Tarifa Zero. Um rebento do MPL-SP seria o coletivo O Mal Educado, com importante atuação no movimento secundarista de 2015, trazendo inclusive a ideia da ocupação de escolas. Entretanto, a longo prazo, os frutos de 2013 foram bem menos progressistas; de um lado, devido à impermeabilidade das instituições políticas, de outro, pela deriva do país à direita do espectro político. Este outro legado de 2013 para o Ensino Médio está sedimentando na Reforma do Ensino Médio, cuja Medida Provisória de número 74, uma nova onda de ocupações secundaristas em 2016 tentou, em vão, combater. A Reforma do Ensino Médio tem referendado novas desigualdades educacionais e construído um currículo despolitizado, fincado em uma noção liberal de "projeto de vida".

Referências:

ANDRADE, Flávio Lyra de. **Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013**: repertórios e performances de confronto, crise de participação e a emergência de um quadro interpretativo autonomista. 2017, 519 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5837144. Acesso em: 6 maio 2021.

ANDRADE, Michel Renan R. **As manifestações de Junho de 2013 no Brasil**: modos de subjetivação e as condições para uma resistência a partir da análise dos discursos. 2016, 190 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza/CE, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3875465. Acesso em: 6 maio 2021.

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: _____. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, Cláudia Juliette do Nascimento. **Jornadas de junho de 2013**: a rede em rede. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4889725. Acesso em: 6 maio 2021.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro de. **“Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror”** - repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2434550. Acesso em: 6 maio 2021.

AVELAR, Marina. O público e o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEZERRA, Patrícia Rangel M. **Midiatização e circulação de sentidos nas Jornadas de Junho de 2013**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2015. 187 f. Disponível em: [viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2883741](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2883741). Acesso em: 6 maio 2021.

BEZERRA, Patrícia Rangel Moreira. Midiatização e circulação de sentidos nas manifestações de junho de 2013: as contradições das colunas de Arnaldo Jabor na Rádio CBN. **Revista ALTERJOR**. São Paulo: Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), v. 02, ed. 14, Jul./Dez, 2016.

BRAGA, Rui. Os sentidos de junho. In: _____. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sulglobal**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, p. 1-14, 2015. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf, acesso em: 4 jun. 2021.

BURKE, Peter [org.]. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

CHAVES, Sarah Nery Siqueira. **#Ocupa: uma experiência educativa**. 2015. 264f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2411441, acesso em: 6 maio 2021.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 43-55, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicologia USP**, v. 29, n. 2, p. 159-168, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170081>

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>

GONÇALVES, Murilo Gelain. **Bandeiras, pedras e tambores: atuação dos anarquistas nas Jornadas de Junho a partir do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público**. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado Em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GROHMANN, Rafael; SOUZA, Livia Silva de. **A midiatização das jornadas de junho: o consumo na rede**. Ciberlegenda. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, n. 31, 2014.

GROPPO, L. A. Utopias de junho. **Espaço Acadêmico**. n. 186, p. 52-60, 2016.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura** - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. v. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

JESUS, Mauricio Jose de. **Disputas simbólicas e técnicas no espaço urbano: a Mídia Ninja nas Jornadas de junho**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas/BA, 2015.

LIMA, Bruno Moraes Avelar. **As manifestações de junho de 2013 e a representação política**. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, p. 37-45, 2007.

LOPES, Juliana. Uma paisagem urbana contemporânea: os coletivos de cultura jovens. In: MONTECHIARE, Renata; MEDINA, Gabriel (orgs.). **Juventude e educação: identidades e direitos**. São Paulo: FLACSO, 2019. p. 56-71.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MACHADO, Jorge Machado; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 3, 2019. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>

MAIA, Lucas. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Enfrentamento**. Goiânia: ano 9, n. 15, Jan/Jun. 2014.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARTINS, Bruno Guimarães; SILVA, Rubens Rangel. A emergência do cartaz nas Jornadas de Junho: excesso de palavras e políticas da escrita insurgente. **Revista Mídia e Cotidiano**. v. 12, n. 3, 2018. <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v12i3.26952>

MENDONÇA, Ricardo F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 130-159, 2017. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi66p130-159>

MONTEIRO, Marina. **“De pedra e pau”**: etnografia sobre o Levante Popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades. 2018. 441 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. **Sonhos diurnos em meio aos destroços do presente**: o movimento TarifaZero e a luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5187886. Acesso em: 6 maio 2021.

PADOVANI, Gustavo. **Junho, 2013**: o acontecimento discursivo transmídia. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Imagem em Som) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4610449. Acesso em: 6 maio 2021.

PEREIRA, Cláudia S. Ainda somos os mesmos?: representações midiáticas da juventude em movimentos sociais, ontem e hoje. **Famecos – Mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, 2016. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.3.22285>

PEREZ, Olivia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública** – Revista do CESOP. vol. v. 25, n. 3, p. 577-596, Set./Dez., 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253577>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

QUEIROZ, Felipe Baptista Campanuci. **Produzindo o Perigoso**: imprensa e Lei nas jornadas de junho. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6042723. Acesso em: 6 maio 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996. RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marcos T. O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter. **Galáxia**, São Paulo, n. 28, p. 199-216, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014217911>

SANFELICE, José Luís. Vandalismo ou movimento social? As Jornadas de Junho (2013). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13084>. Acesso em: 6 maio 2021.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22. p 93-128, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172203>

SOARES, Luiz Eduardo. **O Brasil e o seu duplo**. Todavia, 2019.

SPÓSITO, Marília P.; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e228732, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.228732>

TAQUETTI, Camila Lopes. **Das Jornadas de Junho às ocupações das escolas (2013-2016)**: revoltas da juventude brasileira em tempos de crise. 2021. 284 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

TAVAREZ, Francisco Mata M.; RORIZ, João Henrique R.; OLIVEIRA, Ian Caetano. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 140-166, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016221140>

VENERA, José Isaías. **Da cólera ao acontecimento junho de 2013**: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça/SC, 2017, 231 f. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5825488. Acesso em 6 maio 2021.

VIEIRA, Andressa Brito. **A “ilha rebelde” de novo?**: Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís MA. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1538>. Acesso em 6 maio 2021.

VINICIUS, Leo (ed.). **Antes de Junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria em Debate, 2014. p. 364. Disponível em: <https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/download/leo-vinicius-antes-de-junho-rebeldia-poder-e-fazer-da-juventude-autonomista/>, acesso em: 10 ago. 2022.

WERNECK, Alexandre. Política e ridicularização: uma sociologia pragmática da “graça” da crítica em cartazes das “Jornadas de Junho”. **Interseções**, v. 21, n. 3, 2019. <https://doi.org/10.12957/irei.2019.47254>

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

Sobre os autores

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães

Professor. Doutor em Educação (PUC Goiás). Diretor Acadêmico e Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação, Iniciação/Pesquisa Científica, Extensão e Relações Comunitárias da Faculdade de Piracanjuba (NPGPERC/FAP). E-mail: vs.seabra@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0690-9357>

Luís Antonio Groppo

Professor. Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em Alfenas/MG, Brasil. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luis.groppo@unifal-mg.edu.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

Rosane Maria de Castilho

Professora. Doutora em Educação (UCSF). Docente titular de Psicologia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro-fundador do Observatório Juventudes na contemporaneidade em parceria com pesquisadores da UFG, IFG, PUC Goiás e Cajueiro. E-mail: rosanecastilho@ueg.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7862-7362>

Recebido em: 01/02/2023

Aceito para publicação em: 26/02/2023